

## Lex

MERCADO DOS SERVIÇOS JURÍDICOS EM 2024

# Investidores atentos ao país mesmo com contexto adverso

**Apesar da crise política interna e de um contexto internacional adverso, a advocacia mais direcionada para as empresas acredita que o país manterá em 2024 o interesse dos investidores.**

JOÃO MALTEZ

jmaltez@negocios.pt

**A**s projeções sobre a evolução do contexto político interno e a conjuntura internacional marcada por guerras e conflitos geoestratégicos são pontos de partida desafiantes para a economia nacional e, por consequência, para o mercado da advocacia mais direcionada para o apoio às empresas. Ainda assim, alguns líderes do setor ouvidos pelo Negócios, admitem que a apetência dos investidores internacionais pelo nosso país não esmoreceu, “porque as oportunidades existem”, mas também sublinham que é preciso devolver-lhes a confiança nas instituições nacionais.

“O cenário de um Governo de gestão e eleições em março de 2024 não ajudam e, no mínimo, irão afetar ou atrasar alguns projetos de iniciativa pública, nomeadamente o TGV, os concursos eólicos ‘offshore’ ou o novo aeroporto”, admite Tomás Vaz Pinto, sócio da Morais Leitão. No entanto, este advogado espera que “o setor privado e o investimento estrangeiro possam compensar alguma inércia por parte do Estado e do investimento público e permitam manter uma dinâmica considerável neste ano que agora começou”.

Por outro lado, apesar da incerteza na frente internacional, nomeadamente na Ucrânia e no Médio Oriente, Tomás Vaz Pinto considera pouco provável que essa realidade possa travar a “apetência pelo mercado português, porque as oportunidades existem e o nosso país, com todos os problemas que tem, continua a ser suficientemente atrativo em alguns setores relevantes”.



Istockphoto

Tecnologias, energias renováveis ou turismo são áreas em que deverão manter-se as apostas por parte dos investidores internacionais.

É também nos conflitos externos, como o que opõe israelitas a palestinianos, assim como no “período de instabilidade política de enorme falta de credibilidade dos nossos governantes e uma crescente e preocupante perceção de

**Devolver a confiança aos investidores é um dos desafios que o país enfrenta, face à crise política que hoje se vive.**

insegurança jurídica” que Fernando Antas da Cunha, “managing partner” da Antas da Cunha ECIJA, encontra os desafios que chegam como o novo ano. Segundo adianta, “assistimos, cada vez mais, a uma maior preocupação dos investidores quanto à incerteza legislativa. Sem dúvida que este é o principal desafio: devolver a confiança aos cidadãos em geral e aos investidores em particular”.

Contudo, Mafalda Barreto, “managing partner” da Gómez-Acebo & Pombo, entende que “o mercado parece ter já descontado, por uma infeliz normalização, as situações de conflito internacional”. Este fator faz antever, “aliado à estabilização da inflação e à ex-

pectável redução de taxas de juros dos bancos centrais, um acréscimo de atividade, tanto ao nível transaccional como no que respeita a projetos de investimento”, aponta a mesma advogada.

Tal como adianta Mafalda Barreto, apesar do compasso de espera que as eleições legislativas podem gerar, “desde que os investidores sintam a confiança de que não existirá uma alteração programática, os efeitos poderão ser bastante limitados”.

As conjunturas nacional e internacional são também pesadas por Bruno Ferreira, “managing partner” da PLMJ. Ainda assim, sublinha, “Portugal continua a ser um destino atrativo para investi-

# Menos no imobiliário, mas mais para fazer no apoio às empresas

mento". Nesse sentido, destaca setores como o do turismo, energias renováveis e tecnologia, "áreas que, em geral, se têm vindo a desenvolver, transitando de modelos legislativos mais conservadores, para as necessidades mais prementes da sociedade em que vivemos".

Também Manuel Magalhães, "managing partner" da Sérvulo, acredita que em 2024 será possível continuar a assistir "a fortes investimentos na área das energias renováveis e ao expandir da atividade dos organismo de investimento coletivo, nomeadamente na área do capital de risco, e, bem assim, ao desenvolvimento de algumas transações de grande dimensão, como no setor bancário, telecomunicações e energia".

Com todas as convulsões que estão a ocorrer em Portugal e no mundo, "as mesmas terão que ter impactos negativos na economia e, consequentemente, no mercado da advocacia", entende Francisco Espregueira Mendes, sócio da Telles. Em sua opinião, "ao contrário do que muitas vezes é dito, o mercado da prestação de serviços jurídicos não convive bem com situações de crise económica".

Tal como adianta, Espregueira Mendes, "se é certo que áreas como o contencioso, a insolvência ou o laboral podem beneficiar em situações de maior instabilidade económica, a verdade é que um crescimento económico reduzido tem habitualmente impactos negativos nas áreas de corporate, M&A, 'private equity', imobiliário ou concorrência, que têm um efeito determinante no mercado da prestação de serviços jurídicos". ■

Embora algumas áreas de prática como o imobiliário possa ocorrer uma redução de serviços para as sociedades de advogados, devido à conjuntura adversa no início do ano em Portugal e a nível internacional, nem tudo são más notícias quando está em causa a atividade deste setor em 2024, admitem os "players" ouvidos pelo Negócios.

"Estou em crer que algumas das áreas poderão sofrer algum abrandamento, como será o caso do imobiliário e imigração, mas teremos as restantes com um comportamento semelhante ao de 2023 ou mesmo, com tendência para crescimento",

frisa Fernando Antas da Cunha, líder da Antas da Cunha Ecija.

Manuel Magalhães, "managing partner" da Sérvulo, aponta também, em particular, para a área do imobiliário", mas admite ser expectável, em contrapartida, um reforço "da procura nas áreas de reestruturações, insolvências e contencioso, propriedade intelectual e tecnologias de informação, associado ao aconselhamento jurídico na proteção de criações intelectuais com recuso a inteligência artificial".

Ainda na ótica das empresas e dos setores mais em destaque, Bruno Ferreira, líder da PLMJ,

sublinha que não podem ser desconsiderados "os desafios regulatórios a nível de políticas de sustentabilidade organizacional". Segundo adianta, Portugal continua a estar abaixo daquilo que seriam os níveis desejáveis na adoção das políticas ESG, pelo que o horizonte é vasto e ainda pouco explorado".

Por outro lado, Bruno Ferreira sublinha ainda que "os fundos vindos do PRR terão impacto na forma como o mercado nacional vai mexer, pois vão aumentar o investimento público, nomeadamente nos serviços e equipamentos, transição energética e climática, descarboni-

zação da economia, entre outros".

Já Francisco Espregueira Mendes, sócio na Telles, enfatiza que "a inteligência artificial, a internet das coisas, a Indústria 4.0 e tantos outros recursos tecnológicos, a cibersegurança, a sustentabilidade, a captação e a retenção de talento serão alguns dos pontos que irão marcar a agenda de 2024 dos 'players' do setor jurídico".

Francisco Espregueira também sublinha que o ESG é uma tendência que continuará muito presente em todos os modelos de negócio e na mente dos investidores. ■



**[Apesar das conjunturas nacional e internacional] Portugal continua a ser um destino atrativo para investimento.**



**BRUNO FERREIRA**  
Advogado, "managing partner" da PLMJ



**Se não existir uma alteração programática, os efeitos [da crise política] poderão ser bastante limitados para os investidores.**



**MAFALDA BARRETO**  
Advogada, "managing partner" da Gómez-Acebo & Pombo



**O principal desafio é devolver a confiança aos cidadãos em geral e aos investidores em particular.**



**FERNANDO A. DA CUNHA**  
Advogado, "managing partner" da Antas da Cunha Ecija



**Dado o quadro macroeconómico e geopolítico [...] é previsível uma diminuição do volume de trabalho transacional.**



**MANUEL MAGALHÃES**  
Advogado, "managing partner" da Sérvulo